

INTÉRPRETE EDUCACIONAL – ATOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO INCLUSIVO NA EAD

Indaial, 30 de abril de 2012.

Estratégias e Políticas
Sistemas e Instituições de EAD
Serviço de Apoio ao Estudante
Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem
Relatório de Pesquisa
Experiência Inovadora

RESUMO

Esta pesquisa, realizada em uma Universidade que oferece cursos de graduação na modalidade presencial e a distância, teve como objetivo analisar o papel do segundo professor nos cursos de graduação especificamente na modalidade a distância (EAD). A pesquisa teve como sujeitos os intérpretes educacionais dos Polos de Apoio Presencial da Instituição. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos a análise documental, a legislação vigente e questionário aberto. Fez-se a análise dos dados com base nos estudos de Mittler (2003), Beyer (2006), Tardif (2002), Rezende (2009), Beche e Silva (2010) e Silva (2008). A análise revelou a importância do intérprete educacional no ensino superior, na modalidade EAD, atuando como ator do processo de ensino-aprendizagem. Atentou para a relação cooperativa entre o professor-tutor externo e o intérprete educacional em prol da inclusão do acadêmico com necessidades especiais no ensino superior.

Palavras – chaves: inclusão; intérprete educacional; EAD.

1. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A inclusão escolar, tema de grandes discussões internacionais que aconteceram em Jontien e Salamanca, culminando em documentos que norteiam mundialmente a inclusão de pessoas com necessidades especiais, como a “declaração mundial sobre educação para todos” e a “Declaração de Salamanca”, intensificou-se no Brasil a partir da década de 1990.

Atualmente, a discussão acerca da inclusão escolar vem ganhando força nas diferentes esferas educacionais. Com base na legislação, sistemas de educação, secretarias, escolas e demais instituições procuram implementar políticas de educação inclusiva em busca de uma educação de qualidade para todos.

Especificamente no Ensino Superior, a inclusão escolar ainda é um desafio a ser superado, haja vista que o aumento no número de matrículas de acadêmicos com necessidades especiais, segundo o último censo, cresce a cada ano.

Assim como no ensino fundamental, é comum nos depararmos com discursos sobre a falta de preparo dos professores para o trabalho com a diversidade. Também percebermos a necessidade de ultrapassar barreiras que estão além das adaptações físicas e arquitetônicas para o acesso do acadêmico. Estas implicam em superar barreiras atitudinais, que dizem respeito à concepção de ser humano, ao respeito pelo e para com o outro.

Para este nível, o Ensino Superior no Brasil, nos deparamos com uma legislação ainda em fase de construção frente ao grande número de documentos nacionais que norteiam o Ensino Fundamental, por exemplo. Nos registros do Ministério da Educação (MEC), encontramos os seguintes documentos:

Aviso curricular nº 277 (BRASIL, 1996): orienta os reitores de instituições de Ensino Superior a se adequarem ao processo de acesso e inclusão de pessoas com necessidades especiais, desde a elaboração de editais até a correção de provas. Aponta exemplos de acessibilidade, conscientizando as instituições de ensino superior (IES) a buscarem garantir acesso e permanência dos acadêmicos neste nível de ensino.

Portaria nº 3.284 (BRASIL, 2003): “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos

de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições”.

Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011): “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e decreta a garantia de um sistema educacional inclusivo em “todos os níveis de educação”.

Os demais documentos nacionais, como a Política Nacional de Educação Inclusiva, os decretos relacionados especificamente às pessoas com deficiência auditiva e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), fazem referência à inclusão em todos os níveis de educação, porém não apontam as especificidades do Ensino Superior, como por exemplo, a importância do segundo professor neste nível de ensino.

Sabe-se que os documentos que tratam da surdez fazem referência ao intérprete de LIBRAS e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, citada anteriormente, atenta para a contratação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), leitores e cuidadores, o que levou a Educação a Distância (EAD) da instituição na qual realizamos a pesquisa a avaliar as necessidades de acessibilidade neste nível de ensino e nesta modalidade. Desta forma, a pergunta de investigação desta pesquisa foi: qual o papel do segundo professor no Ensino Superior nos cursos de graduação na modalidade a distância?

2. INCLUSÃO NA EAD

Recentemente, algumas instituições de Ensino Superior na modalidade EAD iniciaram pesquisas a respeito da temática inclusão nesta modalidade de ensino. Por se tratar de uma modalidade que trabalha diretamente com os avanços tecnológicos através das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e por apresentar uma metodologia diferenciada da utilizada no ensino presencial, a EAD apresentou, nos últimos anos, aumento significativo no número de matrículas de acadêmicos com necessidades especiais.

Rezende (2009), aponta a EAD como uma oportunidade onde pessoas com necessidades especiais buscam uma formação específica, por conta do desenvolvimento de diferentes estratégias pedagógicas e tecnológicas que esta modalidade vem apresentando.

As práticas pedagógicas e tecnológicas desenvolvidas em princípio foram pensadas para turmas homogêneas, fruto de uma educação ainda em fase de aceitação e reconhecimento da diversidade, o que nos leva a refletir sobre a acessibilidade no Ensino Superior e na EAD a partir das experiências positivas oriundas da prática do Ensino Regular, onde a inclusão escolar se efetiva há mais tempo.

O aviso curricular nº 277, no ano de 1996, já alertava: “a prática vem demonstrando que a operacionalização das estratégias já utilizadas necessita de ajustes para que possam atender a todas as necessidades educativas apresentadas por esse alunado” (BRASIL, 1996)

Neste sentido, no ano de 2008, sobre o ensino superior, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aponta:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (PNEEPEI – 2009, p.11)

Assim, com base nos documentos norteadores da Educação Inclusiva e o arcabouço teórico, sobretudo os estudos de Mittler (2003), Beyer (2006), Tardif (2002), Rezende (2009), Beche e Silva (2010), esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa.

Para Bauer e Gaskell (2000), a pesquisa qualitativa leva em consideração as diversas opiniões e representações do assunto em questão.

Os sujeitos desta pesquisa se caracterizam como atores pedagógicos do processo ensino-aprendizagem da EAD em prol da educação inclusiva na modalidade a distância. São eles: os intérpretes educacionais, nomenclatura utilizada pela instituição, segundo a Resolução Nº 012 de 2010. Selecionamos uma amostra deste grupo e a eles aplicamos, individualmente, uma entrevista semiestruturada, que teve especificamente como tópico-guia: a) o papel do intérprete educacional na EAD. Para registro dos dizeres dos sujeitos, utilizamos um questionário aberto, com resposta discursiva referente ao tópico guia. Além do questionário, também utilizamos como instrumento de coleta de

dados a pesquisa documental e o documento institucional que normatiza essa função dentro da instituição, a Resolução nº 012 de 2010.

De posse dos dados, fizemos uma análise que se caracterizou como dialógica e cuja ação se dá a partir da conversação dos sujeitos e pesquisador na construção de significações.

Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, optamos por fazer referência a eles por letras. Assim, intérpretes educacionais serão aqui referidos como A, B, C e D.

3. FUNÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

O processo de ensino-aprendizagem na EAD da instituição onde realizamos a pesquisa conta com a contribuição de diferentes atores pedagógicos, entre esses atores podemos citar: professor conteudista, supervisor de disciplina, professor-tutor interno, professor-tutor externo, articulador de Polo, coordenadores de curso e intérprete educacional. Especificamente nesta pesquisa, atentaremos para o papel de dois desses atores, o professor-tutor externo e o intérprete educacional, por atuarem de forma presencial com os acadêmicos.

Em cada turma de cursos na modalidade EAD da instituição pesquisada, há um Professor-Tutor Externo, a quem cabe como principal tarefa mediar as atividades dos encontros presenciais agendados e zelar para que o sistema de comunicação do acadêmico com o Supervisor de Disciplinas, com o Professor-Tutor Interno e a equipe técnico-administrativa se desenvolva com clareza e rapidez.

Em cada Polo de Apoio Presencial nos quais estudam acadêmicos com necessidades especiais há um intérprete educacional, a quem cabe, como principal tarefa, acompanhar acadêmicos com necessidades especiais nos encontros presenciais e nos momentos de autoestudo.

A amostra de dizeres coletada nos permite atentar para a concepção de necessidades especiais no ensino superior, haja vista que algumas dessas respostas revelam falta de conhecimento de algumas necessidades especiais específicas, assim os intérpretes educacionais manifestaram em seus dizeres:

Na EAD o papel do intérprete é principalmente acompanhar o acadêmico surdo, por ser o único que necessita de um intérprete, um auxiliar em sala de aula. (intérprete A)

A intérprete **A**, mesmo apresentando formação inicial em educação e especialização em educação especial, revela falta de conhecimento da legislação e dos fundamentos da educação inclusiva, por acreditar que o único acadêmico com necessidades especiais que precisa de acompanhamento é o que apresenta surdez. Acreditamos que esta postura se revela pelo fato de este profissional atuar apenas como intérprete de LIBRAS no Polo de Apoio Presencial, devido à demanda de acadêmicos com deficiência auditiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.08), tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais”, assim o papel do intérprete educacional da instituição é o de acompanhar todos os acadêmicos com necessidades especiais e não apenas aquele com deficiência auditiva, o que manifesta em seus dizeres o Intérprete B, a seguir:

Nosso papel aqui é de intérprete educacional, o que é diferente do intérprete de libras. Devemos atuar junto aos acadêmicos com necessidades especiais, independente se ele apresenta uma deficiência, uma transtorno, uma síndrome. É necessário trocar informações sobre a nossa formação em educação especial e a formação do professor-tutor externo que é específica na área de formação do acadêmico. (Intérprete B)

Através de seus dizeres, o intérprete **B** revela conhecimento da Resolução da Instituição na qual trabalha e também da área de sua formação, a educação especial. Este atenta para troca de conhecimentos entre os atores pedagógicos do processo ensino-aprendizagem em busca da inclusão dos acadêmicos com necessidades especiais. Esta experiência de dois professores

em sala de aula é recente na história da educação inclusiva e mais recente ainda no ensino superior. É uma oportunidade de troca de experiências e de acolhimento da diversidade em busca da garantia de inclusão para todos.

Segundo Mittler (2003, p.172), a presença de um segundo professor na sala de aula é uma experiência nova na maioria as escolas, e para a qual esses profissionais talvez não estejam preparados, “[...] pode ser, no mínimo, desconcertante, criar desequilíbrio para o professor e, na pior das hipóteses, tornar-se uma ameaça permanente para a sua autonomia”.

Para o intérprete **C**:

Nosso papel é de atual junto ao professor-tutor externo adaptando materiais, atuando como leitores, intérpretes, enfim, buscando contribuir com a inclusão do acadêmico com necessidades especiais. (Intérprete C)

A afirmação do intérprete **C** nos permite atentar para a importância do trabalho cooperativo nos momentos de encontro presenciais nos Polos de Apoio Presencial. A inclusão do acadêmico com necessidades especiais deve ser pensada desde a elaboração de materiais até o acompanhamento nos momentos de encontros presenciais e provas. O intérprete educacional é um dos atores pedagógicos que veio para somar conhecimentos através de uma formação específica: a formação em educação especial, que traz o conhecimento sobre as necessidades desta demanda, conhecimento este, muitas vezes, pouco explorado no Ensino Superior.

Mittler (2003) sugere que o Segundo Professor pode trabalhar com a classe inteira, enquanto o Professor Regente passa cinco ou dez minutos em uma interação individual com um único aluno, trabalhando em uma meta de um plano educacional individual e, então, os papéis podem ser invertidos (apud CUNHA E SIEBERT, 2009).

Transpondo as palavras de Mittler para a realidade da EAD, podemos dizer que o intérprete educacional pode trabalhar com a turma inteira possibilitando ao professor-tutor externo um contato mais individualizado com o

acadêmico com necessidades especiais. Trata-se de um momento de aprendizagem cooperativa entre atores pedagógicos e acadêmicos.

Sobre esta troca de experiência e papéis em sala de aula, a intérprete educacional **D** elucida:

Minha função como intérprete neste momento, neste polo é uma função mais de ledora, pois acompanho dois acadêmicos cegos, então percebo a necessidade de passar pra eles tudo que é visual, além de verificar as adaptações de materiais e as necessidades desses acadêmicos. Eu e a professora-tutora externa procuramos trabalhar sempre juntas.

O relato da intérprete **D** confirma o pressuposto de que esses dois atores pedagógicos necessitam dividir o espaço, as angústias e os conhecimentos a fim de consolidar uma trajetória de inclusão de acadêmicos com necessidades especiais na EAD, que vêm amadurecendo aos poucos. Percebemos também no mesmo relato que o papel do intérprete vai de encontro ao que prevê a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva quando aponta que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2009, p.11)

A contratação do intérprete educacional deve acontecer mediante o perfil da demanda dos acadêmicos com necessidades especiais. Aos poucos as instituições, ao analisarem esta realidade, poderão refletir sobre a acessibilidade necessária para garantir matrícula e permanência desses acadêmicos no ensino superior.

4. TECENDO CONSIDERAÇÕES

Ao realizar a pesquisa, concluímos, através dos documentos norteadores, da Resolução da instituição e dos dizeres dos sujeitos da pesquisa, que o papel do professor intérprete na EAD da Instituição na qual realizamos a pesquisa é de auxiliar no processo de inclusão de acadêmicos com necessidades especiais, desde o edital de matrícula através de orientações acerca dos serviços de adaptações e acessibilidade disponibilizados pela instituição até o acompanhamento em sala durante a jornada acadêmica.

Para Silva (2008, p.10):

“as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com as necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, das diferenças mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas e outras”.

Compreendemos a educação inclusiva como “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p01).

Sugerimos como melhorias nos sistemas de Ensino Superior, neste caso, na modalidade EAD, a contratação do profissional da educação especial para o trabalho com os acadêmicos com necessidades especiais, a fim de garantir a acessibilidade física e pedagógica. Acreditamos que este profissional, através de sua formação, estará contribuindo para a construção de Políticas de Inclusão no Ensino Superior de forma cooperativa com os demais profissionais da área da educação.

O papel do intérprete educacional caracteriza-se como um dos fatores fundamentais para que a inclusão realmente aconteça, para que as necessidades de “todos” os acadêmicos sejam respeitadas e que as potencialidades realmente sejam valorizadas.

5. REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____, **Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **Aviso Curricular nº277 de 08 de maio de 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CUNHA, Cínara Marli da; SIEBERT, Emanuele Cristina. **Bidocência: inclusão ou exclusão dos alunos com Necessidades especiais?**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2540_1267.pdf. Acesso em: 10mar.2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REZENDE, Flávia Amaral. Educação Especial e a EAD. In: LITTO, Fredrich Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson educacion do Brasil, 2009.

SILVA, Maria Cristina. **Políticas de Inclusão no Ensino Superior: Panorama da Legislação Brasileira**. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/227.pdf>>Acesso em: 10mar.2012.